

COVID-19

Brasil registrou mais 1.039 mortes por coronavírus nas últimas 24h. O total de óbitos pela doença no país chegou a 24.512

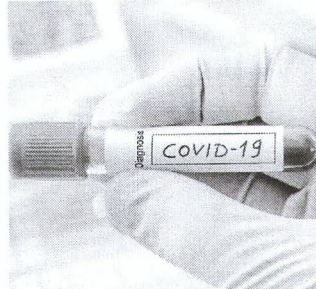
Brasil tem 1.039 mortes e 16.324 casos em 24h

DA AGÊNCIA BRASIL

O Brasil registrou mais 1.039 mortes por Covid-19 nas últimas 24h. O total de óbitos pela doença no país chegou a 24.512. No mesmo dia foram registrados mais 16.324 novos casos, aumentando o total de infectados para 391.222. O Ministério da Saúde aponta que existem 208.117 casos em acompanhamento e 158.593 pessoas recuperadas da Covid-19.

São Paulo continua sendo o epicentro da doença com 86.017 casos e 6.423 mortes pela Covid-19. Em segundo lugar está o Rio de Janeiro com 40.024 casos e 4.361 mortes; seguido pelo Ceará com 37.021 casos e 2.603 óbitos pelo coronavírus.

Em entrevista no Palácio do Planalto, o secretário substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário, disse que o Brasil é o 2º país em número de casos de Covid-19, mas o 51º em incidência da



COVID-19 avança nas últimas 24h no País

doença, quando a quantidade de pessoas infectadas é analisada proporcionalmente à população. Enquanto o país ocupa a 6ª posição em número absoluto de mortes, fica em 14º em mortalidade, quando esses óbitos são comparados com o total da população.

Macário afirmou que os números mostram o Brasil em uma curva ascendente, tanto no número

de casos quanto no de mortes. Já outros países com grande número de casos e mortes já estão em uma trajetória ou de estabilização ou descendente.

Na avaliação por região, o Norte apresenta essa dinâmica ascendente. O estado com maior número de pessoas infectadas, o Amazonas, já apresenta uma inflexão, com redução do número de mortes por semana. Mas o

No mesmo dia foram registrados mais 16.324 novos casos, aumento total para 391.222

secretário substituto ponderou que ainda é cedo para falar que já está se passando o pico da pandemia no Amazonas.

O representante do Ministério da Saúde apontou uma tendência de interiorização da pandemia. No dia 27 de março, 5,3% dos municípios tinham casos confirmados. No dia 25 de abril, o índice subiu para 30,9%, e em 25 de maio, para 67,7%. No total, 3.771 cidades registraram pessoas infectadas. No recorte por região, o maior percentual de cidades com casos confirmados é o Norte, com 83,8%. Em seguida vêm Nordeste (79,9%), Sudeste (63,4%), Sul (56%) e Centro-Oeste (50,3%).

OFENSA AO STF

PF vai ouvir Weintraub sobre fala em reunião

DO G1

O ministro Alexandre de Moraes determinou, no âmbito do inquérito das FakeNews, que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, seja ouvido pela Polícia Federal para explicar fala na reunião ministerial que, por ele, colocaria "vaguebundos na cadeia", começando pelo STF.

"Determino que Abraham Weintraub, atualmente exercendo o cargo de Ministro da Educação,

seja ouvido pela Polícia Federal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias para prestar esclarecimentos sobre a manifestação acima destacada.

Dê-se imediata ciência ao Procurador-Geral da República, para que, se entender necessário, acompanhe o depoimento; bem como para que se manifeste em relação às providências cabíveis para o prosseguimento da investigação", diz a decisão.

Para Moraes, a fala de

Weintraub "não só atinge a honorabilidade e constitui ameaça à segurança dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, como também, reveste-se de claro intuito de lesar a independência do Poder Judiciário e a manutenção do Estado de Direito".

"Há, portanto, indícios da prática dos delitos tipificados nos arts. 139 e 140 do Código Penal, bem como nos arts. 18, 22, 23 e 26 da Lei 7.170/1983", diz a decisão.

O Ministério da Educação informa que Weintraub ainda não foi notificado oficialmente. Os artigos 139 e 140 do Código Penal tratam dos crimes de difamação e injúria: "Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação" e "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro". Os artigos 18, 22, 23 e 26 que fazem parte da Lei 7.170/1983 fazem da Lei de Segurança Nacional.

RIO DE JANEIRO

STJ viu prova sob risco ao ordenar operação

DO G1

Na decisão em que autorizou a Operação Placetebo, o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirmou ter visto risco de destruição de provas e, por isso, justificou as buscas e apreensões cumpridas nesta terça-feira (26). A operação da Polícia Federal (PF) foi deflagrada na manhã desta terça e apura supostas de desvios na Saúde do RJ para ações na pandemia de coronavírus. São 12 mandados de busca e apreensão – um deles no Palácio Laranjeiras, residência

oficial do governador Wilson Witzel (PSC), e outro na casa dele no Grajaú.

Ao autorizar o cumprimento dos mandados, o ministro do STJ também autorizou quebras de sigilo para que os investigadores possam ter acesso ao conteúdo dos equipamentos eletrônicos apreendidos, como celulares e computadores. Na decisão, o ministro citou que há "alguns investigados com conhecimento jurídico". O governador do Rio foi julgado.

"O periculum in mora caracteriza-se pelo fato de que eventuais documentos

comprobatórios das práticas ilícitas podem ser destruídos pelos investigados, sendo típico que os indícios destes delitos normalmente sejam eliminados pelos seus autores. Ademais, estamos tratando de supostos ilícitos cometidos por alguns investigados com conhecimento jurídico, cuja obtenção de prova torna-se bastante difícil. Assim, a medida cautelar se mostra imprescindível em razão da necessidade de assegurar a preservação de elementos comprobatórios de materialidade e autoria delitivas", afirmou o

ministro do STJ.

Ao pedir ao STJ para fazer as buscas e apreensões, o Ministério Público Federal (MPF) citou a existência de prova robusta de fraudes em ações para o combate ao coronavírus e a participação ativa do governador Wilson Witzel no esquema.

Em sua decisão, Gonçalves afirmou que a Procuradoria Geral da República (PGR) recebeu no dia 14 de maio informações de supostas menções ao governador Wilson Witzel na investigação que levou à Operação Favorito.

PAINEL

TRAJETÓRIA

Alvo da PF, a primeira-dama do Rio, Helena Witzel, tem parca experiência como advogada. Um contrato de R\$ 540 mil do escritório dela com uma empresa investigada na Lava Jato do Rio é visto como um dos principais elos entre o governador e o esquema de desvio de recursos. Sua inscrição na OAB foi deferida em março de 2015. Desde então, atuou em poucos processos, quase todos relacionados a Wilson Witzel (PSC), em causas particulares ou envolvendo o partido ao qual o marido é filiado.

LINHA DO TEMPO

A rasa carreira de Helena chamou a atenção dos investigadores. Outro fato também gerou estranheza. Ela e o marido mudaram o regime de bens do casamento para comunhão universal exatamente no período em que os primeiros depósitos do contrato foram feitos. Witzel e Helena negam irregularidades. A primeira-dama não respondeu perguntas sobre a carreira.

DISCURSO

Em dezembro, Witzel compareceu à cerimônia de troca do chefe da PF do Rio. Disse que herdou uma maldita herança de seus antecessores. "Infelizmente, governadores corruptos, inescrupulosos, que praticamente destruíram a economia do Rio".

OBRIGADO

O governador agradeceu à Justiça pelo trabalho e ao juiz Marcelo Bretas, presente no evento. Acreditou ainda para o Ministério Público. A investigação que deu origem à operação desta terça foi autorizada por Bretas.

MEMÓRIA

"Quero agradecer o tanto que o TRF tem feito para devolver aos cofres públicos o que foi levemente desviado por políticos que não respeitaram a dignidade do voto e o trabalho hercúleo que tem sido feito para poder dar a resposta penal aqueles que insistem em descumprir as leis e, principalmente, o compromisso que fizeram nos pleitos eleitorais", disse Witzel.

APERTA

O deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE) protocolou nesta terça (26) projeto de lei para alterar o Código Penal e tipificar crimes cometidos contra profissionais da imprensa. A ideia é aumentar a pena nos casos de lesão corporal e homicídio.

STOP

O advogado Flávio Pereira, professor de direito na Escola Superior de Advocacia da OAB-SP, protocolou ação popular na Justiça de SP em que pede a anulação da nomeação de Larissa Peixoto para o cargo de presidente do Iphan. Ela é amiga dos Bolsonaro.

FUTURO

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novas, pede ir parar no inquérito de fake news do STF, de relatoria de Alexandre de Moraes. O TCU analisa o repasse de verba do banco para sites acusados de publicar notícias falsas. Um dos pedidos é para que os autos sejam encaminhados para o Supremo.

CONTAS

Auditoria do tribunal levantaram que o banco executou, em 2019, despesas na ordem de R\$ 436 mi com contratos de publicidade. Do total, cerca de R\$ 119 mi foram com veiculação na internet, o que abarca o site polêmico.

NA MESA

O caso está com o ministro Bruno Dantas e deve ter uma primeira decisão nesta quarta (27). O pedido da Procuradoria pode levar até mesmo ao afastamento de Novas. Na reunião ministerial do dia 22 de abril, o presidente do BB chamou o TCU de "usina de terror".

SOZINHO

Em mensagem nas redes sociais, o general Augusto Heleno (GSI) contradisse narrativa repetida por Jair Bolsonaro de que a facada que recebeu de Adélio Bispo em 2018 teve um mandante.

FIM DE PAPO

Na tentativa de ofender Ciro Gomes (PDT), Heleno disse que ele é um "caso igual ao Adélio, inimutável por ser débil mental". Há dez dias, a PF apresentou a conclusão do caso ao presidente, e o ministro estava presente. Ao que parece, o general ficou satisfeito.

HISTÓRIA

A cerimônia de prestar continência e ligar as sirenes das viaturas é tradição da Polícia Militar de SP desde 2015 sempre que um membro da corporação morre em serviço, diz coronel Ricardo Gambaroni, comandante-geral da corporação entre 2015 e 2017.

FAKE

Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e aliados, como Roberto Jefferson (PTB), tentaram dizer que os policiais estavam saudando um ato em defesa do presidente Bolsonaro.

TIROTEIO

"Legitimou-se esse tipo de manifestação agressiva por muito tempo no Brasil. Agora todos se sentem à vontade para fazer". De Eduardo Paes (DEM), ex-prefeito do Rio, sobre ataque da clique de Bolsonaro a jornalistas que levou à suspensão da cobertura no Alvorada.



SAAE
ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Campo Maior - PI, com sede na Avenida José Paulino, nº 159, Centro de Campo Maior - PI, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, convita a ADMINISTRAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPO MAIOR - PI.

VALOR PREVISTO: R\$ 151.882,00 (cento e cinquenta e um mil trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

FORMA DE RECEBIMENTO: Recibo em nome do Poder Público.

DESTINAÇÃO: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

ABERTURA À SESSÃO: 23 de junho de 2020. **HORÁRIO:** das 08h00 às 12h00.

LOCAL: ENDELECO - ELETRÔNICO - DO COMPREASNET (www.compreasnet.com.br).

EDITAL COMPLETO: Disponível no Site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Site da Comissão de Licitação e no Município de Campo Maior - PI.

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: 50% (cinquenta por cento) à entrega e 50% (cinquenta por cento) no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega.

MOTIVO: Respostas às orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, Ministério da Saúde, Decreto nº 10.964/2020 do Estado do Piauí e Decreto nº 041/2020 do Município de Campo Maior - PI.

Campo Maior - PI, 26 de maio de 2020.

Anayelle Brito Ferreira
Presidente da C.L.SAAE/CM-PI

SAAE
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2020
COMPRASNET

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TIPO MÍNIMO POR ITEM, ADJUDICAÇÃO POR ITEM, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPO MAIOR - PI.

VALOR PREVISTO: R\$ 65.547,74 (sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos).

FORMA DE RECEBIMENTO: Recibo em nome do Poder Público.

DESTINAÇÃO: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

ABERTURA À SESSÃO: 23 de junho de 2020. **HORÁRIO:** das 08h00 às 12h00.

LOCAL: ENDELECO - ELETRÔNICO - DO COMPREASNET (www.compreasnet.com.br).

EDITAL COMPLETO: Disponível no Site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Site da Comissão de Licitação e no Município de Campo Maior - PI.

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: 50% (cinquenta por cento) à entrega e 50% (cinquenta por cento) no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega.

MOTIVO: Respostas às orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, Ministério da Saúde, Decreto nº 10.964/2020 do Estado do Piauí e Decreto nº 041/2020 do Município de Campo Maior - PI.

Campo Maior - PI, 25 de maio de 2020.

ROBERTO VIEIRA MACEDO
Presidente do SAAE/CM-PI